

## **Relatório de Operação: Evento "PE Meu País" – Ilha de Itamaracá – Polícia Civil de Pernambuco**

Os últimos dois dias no evento "PE Meu País" não foram apenas desafiadores; foram um teste à resiliência e à dignidade do nosso efetivo da Polícia Civil. O que vivenciamos não pode ser categorizado como uma simples dificuldade operacional, mas sim como uma exposição alarmante à completa falta de estrutura e ao descaso com o trabalho de quem zela pela lei e pela ordem, mesmo em meio à festa.

É preciso reconhecer que a iniciativa da delegacia móvel, com o ônibus da polícia presente, é um esforço bem-intencionado e gera, sim, uma sensação de segurança para a população que transita pelo local. Contudo, a realidade de sua aplicabilidade é restrita: ela se mostra minimamente funcional para o registro de Boletins de Ocorrência, que são numerosos em eventos como este, e, no máximo, para a lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência. Para a complexidade e a urgência dos flagrantes, a estrutura provisória é, lamentavelmente, uma afronta aos princípios mínimos de um ambiente de trabalho policial.

Desde o primeiro dia, manifestamos nossas preocupações e solicitamos que, ao menos, a Delegacia de Itamaracá fosse disponibilizada para a realização dos procedimentos policiais mais complexos, permitindo que a delegacia móvel atuasse como um ponto de apoio essencial para o acolhimento da população e o registro de Boletins de Ocorrência. Esta sugestão, visando otimizar os recursos existentes e garantir condições mínimas de trabalho, não foi acatada, e as consequências foram severas.

**A magnitude do desafio é ainda mais sublinhada pelo público presente: o evento já esperava uma marca de cerca de 150 mil pessoas por noites.** Para atender a uma demanda tão vasta, a situação na primeira noite foi ainda mais caótica. Além da flagrante ausência de espaço e estrutura física, fomos severamente prejudicados pela instabilidade da conexão VPN. Isso não é um mero inconveniente; foi um gargalo que paralisou nosso trabalho. Um flagrante iniciado por volta das 20h00 só pôde ser concluído às 5h00 da manhã, e não no local. Fomos forçados a deslocar toda a equipe e o procedimento para o prédio da Delegacia em Paulista (mais de 30km de distância) para conseguir finalizá-lo e protocolá-lo no PJE. Uma situação desnecessária e desgastante, causada pela deficiência técnica.

Ainda na primeira noite, enfrentamos o problema mais básico e humano: tínhamos três detidos – um adolescente, uma mulher e um homem adulto – e simplesmente não havia um local seguro e minimamente digno para acomodá-los. A mulher detida, em particular, passou a noite inteira no ônibus da delegacia móvel, exposta ao ambiente de trabalho da equipe, testemunhando e ouvindo cada detalhe da atuação policial, até que pudesse ser levada para a Delegacia quase ao amanhecer. Uma situação que, além de constrangedora, beira a desumanidade e expõe a falta de planejamento para contingências tão básicas.

No segundo dia, felizmente, a internet e a conexão VPN se mostraram estáveis. Contudo, os problemas estruturais e de espaço persistiram inalterados. Recebemos, ao mesmo tempo, três presos encaminhados pela Polícia Militar e, mais uma vez, nos vimos sem condições de colocá-los no que chamam de "xadrez" — se é que se pode utilizar esse termo para descrever aquela estrutura. Conforme as imagens anexas certamente ilustram, a unidade de contenção montada é uma "gaiola" escura, sem telhado e amarrada com arames. Uma condição que, além de não oferecer segurança alguma contra fugas, configura uma clara violação de direitos humanos,

colocando em risco não só a dignidade do detido, mas também a integridade jurídica da nossa atuação.



**Esta precariedade estrutural, somada à escassez de efetivo, tem um preço altíssimo: nossos policiais são compelidos a jornadas exaustivas, estendendo-se madrugada adentro, até às 5 horas da manhã, para concluir procedimentos de flagrante. É um esforço sobre-humano, que ceifa a saúde e a capacidade de resposta dos nossos agentes, comprometendo não apenas o bem-estar individual, mas a eficácia da própria instituição.** E não podemos esquecer o **significativo tempo de deslocamento até o local do evento**, que é distante e contribui ainda mais para a exaustão da equipe, transformando cada jornada em um verdadeiro desafio físico e mental.

A situação é agravada pela notória dificuldade na articulação com outras forças. A alegação constante da Polícia Militar sobre a falta de viaturas para condução de presos nos coloca em um dilema inaceitável. Nos dois dias consecutivos, fomos forçados a realizar o transporte de detidos para a Delegacia de Paulista apenas ao amanhecer, para evitar um desfalque ainda maior do nosso já reduzido efetivo durante

a festa. Isso não é colaboração; é uma transferência de ônus que penaliza quem já está sobrecarregado.

E como se não bastasse o esgotamento físico e mental, somos confrontados com a disparidade salarial. **A remuneração por diária, no valor irrisório de R\$180,00 por um turno de trabalho que se estende por mais de 11 horas ininterruptas, é um insulto à dedicação e ao sacrifício dos nossos profissionais. Não se trata apenas de uma questão financeira, mas de reconhecimento e justiça. Julgo que seria minimamente justo que o trabalho realizado nessas condições extremas fosse recompensado com, no mínimo, duas diárias por cada dia de serviço.**

Diante de tal quadro, a decisão para o dia de hoje é clara e irrevogável: **não realizaremos flagrantes enquanto não houver um mínimo de condições dignas de trabalho.** Sei que esta postura pode gerar um atrito considerável e um "mal-estar" entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. No entanto, a situação chegou a um ponto de insustentabilidade que exige uma tomada de posição firme e inequívoca. Não podemos mais comprometer a integridade física e moral do nosso efetivo, nem validar estruturas que ferem a dignidade humana. A própria "gaiola" improvisada, além de não impedir a fuga, pode configurar uma violação de direitos humanos grave, algo que nossa instituição não pode e não deve compactuar.

Outro grave problema identificado, é a falta de celulares funcionais para a Polícia Militar confeccionar os boletins de ocorrências. Notamos que os agentes militares efetuam a captura de uma pessoa, conduzem até a delegacia móvel mas precisam entrar em contato com outras guarnições para conseguirem um aparelho celular funcional para fazer o BO e ainda precisam revezar entre equipes. Isso leva horas de espera também da parte da polícia civil que precisa esperar por todo esse desenrolar para dar prosseguimento nos sistemas informatizados.

**Estão sendo 11 horas de trabalho ininterruptas, sem a mínima condição de descanso ou de higiene.** Nem mesmo o acesso a um banheiro adequado nos é garantido, uma vez que os sanitários químicos disponíveis são de uso comum da população e dos próprios custodiados, oferecendo condições sanitárias que são, no mínimo, questionáveis.

Para a data de hoje, é imperativo que se reconheça a urgência desta situação. Exigimos condições de trabalho que honrem a complexidade e a importância da nossa missão, garantindo a segurança não apenas da população, mas também daqueles que a protegem. **Queremos respeito, reconhecimento e condições mínimas de trabalho.**

Paulista/PE, 01º de fevereiro de 2026.

**Sara Souza Lodi**  
Delegada de Polícia Civil